



Prefeitura Municipal de Parapuã

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.949 DE 07 DE ABRIL DE 1.998.

"ESTABELECE ATRIBUIÇÃO E COMPETÊNCIA DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, DE ACORDO COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A LEI ORGÂNICA DE SAÚDE Nº 8.080/90, A LEI Nº 8.142/90 E A LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 791/95".

ANTONIO ALVES DA SILVA, Prefeito Municipal de Parapuã, Comarca de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, Faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARAPUÃ, APROVOU e ele SANCIONA e PROMULGA em redação final a seguinte Lei:-

Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a criar a DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, subordinado diretamente ao Departamento Municipal de Saúde, Promoção e Assistência Social.

Artigo 2º - As ações de vigilância sanitária de que trata o artigo 1º desta Lei Municipal serão desenvolvidas pelo respectivo serviço e devem ser definidas através de Decreto, de acordo com as diretrizes emanadas da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e do Ministério da Saúde. Assim como as atribuições inerentes às autoridades sanitárias citadas no artigo 4º desta Lei.

Parágrafo Único:-A Administração Municipal manterá estruturas físicas e de recursos humanos adequadas à execução das ações de vigilância sanitária no Município.

Artigo 3º - O Código Sanitário Estadual e toda legislação Sanitária Federal e Estadual e as demais leis que se referem à proteção da Saúde, do Meio Ambiente e da Saúde do Trabalhador serão adotadas como instrumento legais às ações Municipais de vigilância sanitária.





Prefeitura Municipal de Parapuã

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls 02

LEI Nº 1.949 DE 07 DE ABRIL DE 1.998.

Parágrafo Único:- Cabe ao Município criar outras legislações, de acordo com sua realidade, em caráter complementar ou suplementar às legislações vigentes, sempre que for necessário.

Artigo 4º - São consideradas autoridades sanitárias, para efeitos / desta Lei:-

- I - Os profissionais da equipe de vigilância sanitária;
- II - O Diretor da Divisão do serviço de Vigilância Sanitária;
- III - O Diretor do Departamento Municipal de Saúde, Promoção e Assistência Social;
- IV - O Prefeito Municipal.

Artigo 5º - A equipe do serviço criado nesta lei, em seu artigo 1º, deve ter seus componentes designados e credenciados através de ato legal do Prefeito Municipal.

Artigo 6º - O Serviço de Vigilância Sanitária deve utilizar impressos próprios, definidos em Portaria expedida pelo Prefeito / Municipal, no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Artigo 7º - No julgamento das infrações sanitárias são consideradas instâncias para recursos, as seguintes autoridades sanitárias:-

- I - A Chefia imediata da equipe de vigilância sanitária;
- II - O Diretor da Divisão de Serviço de vigilância sanitária;
- III - O Diretor do Departamento Municipal de Saúde, Promoção e Assistência Social.

Artigo 8º - As penalidades de multa e as taxas de serviços diversos do poder de polícia devem ter o valor a ser definido no prazo de 120 (cento e vinte) dias, através de lei Municipal, de acordo com o artigo 145 da Constituição Federal.

PARAPUÃ
Sempre



Prefeitura Municipal de Parapuã

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls 03

LEI Nº 1.949 DE 07 DE ABRIL DE 1.998.

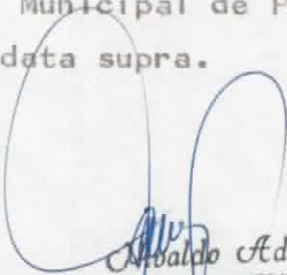
Parágrafo Único: - Cabe ao Executivo Municipal, regulamentar através de Decreto Municipal, num prazo de 120 (cento e vinte) dias, os procedimentos necessários para o recolhimento das referidas taxas e multas.

Artigo 9º - A receita proveniente de multas e taxas devem ser recolhidas junto ao Fundo Municipal de Saúde, assim como / aquelas provenientes da União e do Estado para o custeio das ações de vigilância sanitária.

Artigo 10º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura Municipal de Parapuã, 07 de abril de 1.998.


Antonio Alves da Silva
PREFEITO MUNICIPAL
PARAPUÃ - SP

Publicada e registrada em livro próprio na Chefia de Gabinete da Prefeitura Municipal de Parapuã, e afixada em lugar de costume na data supra.


Adalberto Adriano
RG 12.393.478/SP
Chefe de Gabinete

